

Pactu participou da 22ª Conferência Estadual dos Bancários do Paraná

No dia 04/07, a Fetec-CUT/PR realizou a 22ª Conferência Estadual dos Bancários do Paraná, por meio de videoconferência. O evento contou com a participação de delegados e delegadas representantes dos dez sindicatos filiados à entidade, incluindo os cinco

sindicatos do Pactu. Eles discutiram propostas para a pauta de reivindicações da Campanha Nacional dos Bancários de 2020. Entre elas se destacam a garantia das condições de trabalho dos bancários e bancárias deslocados para o *home office* e prioridade para a manuten-

ção e ampliação dos direitos conquistados ao longo dos últimos anos. Também foram eleitos os delegados e delegadas do Paraná para a Conferência Nacional, que também será realizada por videoconferência, nos dias 18 e 19/07. Representarão os sindicatos

do Pactu na Conferência Nacional: Wendrel Minare Vieira (Paranavaí), Leonice Cazarin Mattos Silva (Campo Mourão), Zelário Bremm (Toledo), Wilson de Souza (Umuarama) e Sandro José Zanona (Guarapuava). Mais detalhes em www.pactu.org.br

#MexeumACaixaMexeumComOBrasil



Em Dia de Luta, empregados reagem contra a privatização

Os empregados da Caixa de todo o Brasil realizaram, em 09/07, um Dia Nacional de Luta. De forma digital, eles deram o recado ao governo e à direção do banco: **#MexeumACaixaMexeumComOBrasil**. A ação fez parte de uma grande mobilização nacional contra a agenda privatista do governo federal em meio a uma das mais graves crises de todos os tempos, a pandemia do coronavírus, e contra a pressão para o retorno precoce ao trabalho presencial, colocando em risco funcionários e a população em geral. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Bancários do BB e Caixa realizam Congressos

Definir as estratégias de luta e a pauta de reivindicações específica para a Campanha Nacional 2020 estão entre os objetivos do 31º Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil e do 36º Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa). Os dois eventos são realizados por videoconferência, nos dias 10, 11 e 12 de julho. O Comando Nacional dos Bancários debateu longamente para adequar o calendário e redimensionar os Congressos de maneira que fosse garantida a representatividade das entidades de todo o país e de suas delegações. A mobilização da categoria contra o desmonte e a privatização do BB e da Caixa é um dos temas de maior relevância nos debates. O Pactu é representado no Congresso do BB por Luís Marcelo Legnani, de Campo Mourão, e Silene Aparecida Paulino de Souza, Paranavaí, e no 36º Conecef por Maria Cristina Ramos, de Umuarama, e Zelário Bremm, de Toledo. Leia mais em www.pactu.org.br

COE Itaú questiona o banco sobre mudanças

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com o banco, por videoconferência, para discutir a transformação de caixas em agentes de negócios. O novo formato começou a ser testado em julho. A COE quer saber como ficarão o programa AGIR, ligado à remuneração variável dos funcionários e o mecanismo de avaliação trimestral dos caixas, para os funcionários que mudarem de cargo. Mais detalhes em www.pactu.com.br

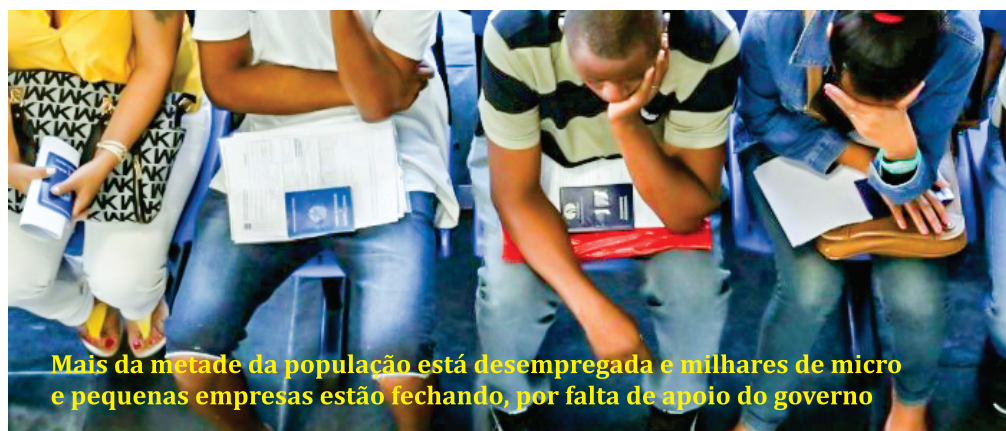
Bradesco anuncia ampliação de testes da covid-19 nos locais de trabalho

Atendendo reivindicação do Comando Nacional dos Bancários, o Bradesco anunciou a ampliação do número de cidades onde os bancários e bancárias estão fazendo os testes de covid-19 nos locais de trabalho. A ampliação começou no mês de julho e a lista inclui várias agências de cidades localizadas na área de atuação dos sindicatos do Pactu. Veja a relação completa e outros detalhes em www.pactu.org.br



Santander cancela reunião de negociações

O Santander resolveu cancelar a reunião de negociação que havia sido agendada para o dia 08/07. O objetivo era dar continuidade às conversações sobre o programa Motor de Vendas, a mudança de função do GA e do GR e uma proposta de banco de horas negativo. As demissões são outro grave problema no banco. Em apenas um mês, o Santander demitiu 433 funcionários em todo o Brasil. Mais detalhes em www.pactu.org.br



Brasil tem desemprego histórico e um cenário desolador

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, venderam a ideia de que as reformas ultraliberales gerariam crescimento econômico e empregos. Nem um, nem outro. Ainda em 2019, a economia cresceu quase nada, 1,1%, e há previsões de retração econômica em 2020 na ordem de 5% e de 25% de trabalhadores desempregados. Será um drama para milhões de trabalhadores que poderão voltar a passar fome.

A situação atual é amenizada com o Auxílio Emergencial. A CUT e outras centrais sindicais estão em campanha para que Bolsonaro estenda esse auxílio até dezembro, mas o governo quer encerrar o benefício antes mesmo do fim da crise sanitária. É certo que a pandemia do novo coronavírus estremeceu a economia mundial, e no Brasil não foi diferente. O que difere aqui é a falta de iniciativa governamental.

Pela primeira vez na história, o Brasil tem menos da metade (49,5%) da população em idade para trabalhar (14 anos ou mais) ocupada formalmente. O problema é que o governo fala uma coisa e faz outra. Paulo Guedes tem afirmado que é "preciso acabar com o imposto sobre a folha de pagamentos para permitir uma recuperação imediata do

mercado de trabalho". Bolsonaro, porém, vetou da Lei 14.020 (antiga MP 936) o item que permitia a desoneração da folha de pagamentos das micro, pequenas e médias empresas durante a pandemia.

Comenta-se que o governo quer usar a desoneração como "moeda de troca" na Reforma Tributária, ou seja, propor a desoneração da folha em troca da recriação de um imposto sobre movimentações financeiras, como era a antiga CPMF. É inegável: o governo já destruiu grande parte dos direitos trabalhistas, contribuiu para a quebra de milhares de pequenas empresas abandonadas durante a pandemia, desempregou milhões de pessoas e ainda vê como saída apenas a criação de novos impostos e a venda de empresas públicas. Empresas como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, que prestam relevantes serviços à economia e à população.

Além de tudo, o governo Bolsonaro continua negligenciando a pandemia da covid-19, que se alastra pelo interior do país e pode levar o Brasil a um colapso total. É aí que se baseia a análise de muitos economistas, cientistas políticos e médicos: se a situação está ruim agora, pode ficar muito pior nos próximos meses.

Centrais protestam e pedem mudanças

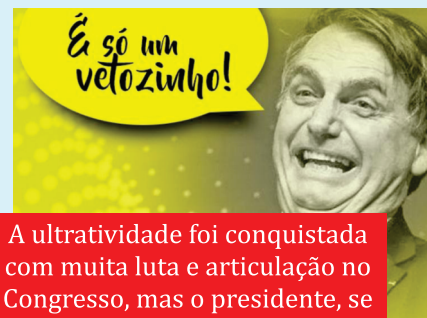
A CUT e demais centrais sindicais realizaram, dia 08/07, um ato em frente ao Ministério da Economia, em Brasília. O ato teve como propósito apresentar as propostas do Fórum das Centrais Sindicais para a preservação da vida, emprego e renda, e uma agenda de retomada da economia.

O documento com as propostas foi entregue no mês de junho ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Para evitar aglomeração, a manifestação do dia 08 foi simbólica e teve a participação de apenas dez dirigentes de cada central sindical.

A manifestação contou com mais de mil ativistas, de maneira virtual. Eles "compareceram" ao ato através do aplicativo Manif.app, desenvolvido por sindicalistas franceses para a realização de protestos durante a pandemia da covid-19. Leia mais detalhes desta notícia em www.cut.org.br

Bolsonaro veta prorrogação das convenções e dos acordos



Os representantes da classe trabalhadora têm embates duros, nas próximas semanas, no Congresso Nacional. O primeiro deles é pressionar o Senado para que não aprove a Medida Provisória 927, considerada como uma nova reforma trabalhista, com mais supressões de direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo também precisa se mobilizar para derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao artigo da Lei 14.020 (antiga MP 936), que garantia a ultratividade nas convenções e acordos coletivos. Ambas as medidas atingem em cheio a categoria bancária. Além disso, Bolsonaro vetou também o item que prorrogava até 2021 a desoneração da folha de pagamento de empresas dos 17 setores de atividade econômica que mais geram empregos no país. Por outro lado, entre outras coisas, a Lei permite acordos individuais (sem participação dos sindicatos) de redução dos salários e da jornada de trabalho de 25%, 50% ou 70%, além de suspensão dos contratos de trabalho. Como se vê, mesmo diante de um interminável caos político, socioeconômico e com a pandemia do coronavírus sem controle, o presidente continua a destruir os direitos trabalhistas, mas sempre em benefício dos grandes empresários.

www.contrafcut.com.br